



Ficco desarticula esquema que beneficiava presos

Diversos mandados de prisões e de busca e apreensão cumpridos e sequestro de imóveis e veículos de luxo em 15 cidades de Minas Gerais, incluindo a capital. Esse foi o resultado da operação conjunta realizada, nesta quinta-feira (8/10), pela Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco-MG), composta pelas polícias Civil, Federal e Penal, com o objetivo de desarticular uma organização criminoso responsável por um esquema que beneficiava presos. O grupo era composto por advogados, servidores públicos, presos e familiares de presos.

O objetivo da operação foi cumprir 29 mandados de prisão, sendo 13 contra presos que já estavam no Sistema Prisional, seis contra advogados, cinco contra servidores públicos e outros cinco contra ex-presos e/ou familiares. Desses mandados, falta apenas um a ser cumprido.

O delegado da Polícia Civil de Minas Gerais Murillo Ribeiro explica que advogados e servidores públicos aproximavam de presos oferecendo vantagens, como transferências externas e internas em penitenciárias. “Mediante contato dos advogados, os presos tinham acesso a facilidades e negociavam quantias em dinheiro para que fossem beneficiados dentro de unidades penitenciárias”, contou.

Segundo apurado, as transferências eram realizadas por meio de simulações em procedimentos formais para que parecessem legais. Assim, os presos articulavam propostas com os advogados, que faziam a intermediação com servidores públicos para efetivar as transferências, tanto no próprio presídio quanto para outras unidades penitenciárias. Há estimativa de que um dos servidores públicos auferiu lucro de cerca de R\$ 2 milhões.

Além disso, foi apurado que havia redução de nível de periculosidade de alguns presos para que as transferências pudessem ser efetivadas. “Houve uma conduta de servidores públicos que abaixavam esse nível simulando que esse preso não fosse perigoso para que passasse então por toda a questão documental e ele fosse efetivamente beneficiado com essa situação”, explicou o delegado Murillo.

Ribeiro aproveita para enfatizar que essas operações reforçam a integridade do Estado. “A prisão de servidores públicos não enfraquece a instituição, pelo contrário: reforça o papel fundamental da instituição, pois sabemos que a instituição é composta em sua maioria por servidores que fazem um trabalho sério e a prisão de alguns membros isolados reforça então a importância da instituição. No caso, o Sistema Prisional que inclusive faz parte da força-integrada e atuou decisivamente para que a investigação fosse concluída”, destacou.